



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PODER LEGISLATIVO

14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA

SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO

REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

Às quinze horas, do dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e cinco, segunda -feira, realizou-se a Septuagésima Segunda Sessão Ordinária da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pelo Vereador, **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros** do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e secretariada pelo Vereador **Marcos Combate**, do Partido (AGIR); Presentes, ainda, os vereadores **Adalto Donato de Oliveira**, **Márcio Pacele Vieira da Silva**, **Militino Feder Júnior** do Partido Republicanos, **Edimilson Dourado Gomes**, **Ellis Regina Batista Leal Oliveira**, **José Iracy Macário Barros** do Partido União, **Bruno Luciano do Couto Araújo**, **Gilber Rocha Mercês**, **Sofia Andrade de Aguiar Gomes** do Partido Liberal (PL), **Breno Mendes da Silva Farias**, do Partido (AVANTE), **Adriano da Silva Gomes**, **Evanildo Ferreira da Silva** do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), **Nilton de Souza Melo**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), **Wanoel Chaves Martins**, **Everaldo Alves Fogaça** do Partido Social Democrático (PSD), **Pedro Geovar Ribeiro Junior**, do Partido Progressista (PP), **Jeovane de Jesus Rocha**, do Partido (AGIR); **Devonildo de Jesus Santana**, do Partido Renovação Democrática (PRD) e **Fernando Celestino da Silva** (Sem filiação partidária). Justificada as ausências dos Vereadores: **José Uilson Guimarães de Souza** e **Thiago dos Santos Tezzari**. Após saudar os presentes, o Presidente, Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, invocou a proteção de Deus, e declarou aberta a Septuagésima Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do **Hino do Estado de Rondônia**. O Presidente convidou o Secretário Marcos Combate a proceder a leitura da Ordem do dia. **EXPEDIENTE. I – Aprovação da Ata da Sessão anterior:** Dispensada a leitura da Ata Sessão anterior, que foi dada como lida e aprovada sem alterações. Não havendo quem quisesse discuti-la, a ata foi aprovada; **II – Leitura de matérias oriundas do Poder Executivo Municipal:** (Não houve); **III - Apresentação das proposições dos Vereadores: I- Projeto de Lei Complementar nº 1416 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Dispõe sobre o desconto proporcional da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD, no âmbito do Município de Porto Velho, nos casos de interrupção ou deficiência na prestação do serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares, e dá outras providências.” **II- Projeto de Lei nº 4966 de 2025**, de autoria do Vereador Zé Paróca, que “Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo juvenil na cidade de porto velho e dá outras providências.” **III- Projeto de Lei nº 4968 de 2025**, de autoria do Vereador Zé Paróca, que “Dispõe sobre a inclusão da disciplina de Inteligência Artificial no currículo de letramento digital das escolas públicas do Município, e dá outras providências.” **IV- Projeto de Lei nº 4969 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização, pelas empresas contratadas para a execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos, de dados operacionais em tempo real como condição para liquidação e pagamento contratual, e dá outras providências.” **V- Projeto de Lei nº 4971 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Macário Barros, que “DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE PROTEÇÃO DA SAÚDE BUCAL DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.” **Palavra vaga aos Vereadores inscritos;** Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Breno Mendes;** O Vereador iniciou sua fala agradecendo a presença do Secretário Geral de Governo, Sérgio Paraguaçu, e cumprimentou o Presidente Gedeão Negreiros e os demais pares. O vereador destacou a extrema importância daquela data, 17 de novembro de 2025, em razão da grave crise de saúde pública e sanitária instalada no município de Porto Velho. Afirmou que, desde o dia 31 de outubro, quando a concessionária ECOPVH iniciou os trabalhos por ordem de serviço, o que se observa são reclamações reiteradas de todos os bairros, distritos e localidades de Porto Velho sobre a não realização integral da coleta de resíduos sólidos. O Vereador Breno Mendes relatou que a descontinuidade do serviço está ocasionando o aumento do número de baratas, roedores como ratos, escorpiões, cobras e urubus, que tomaram conta de várias localidades. Mencionou especificamente as ruas de sua base eleitoral no bairro Caladinho (Nova Esperança, Conjunto Tucuruí, Magno Guimarães, Ivan Marrocos, Geraldo Siqueira, Dinis, Nova York, JK, e Mato Grosso), onde a coleta não foi realizada e o lixo foi deixado acumular. Ressaltou que o trabalho de fiscalização foi feito de forma técnica, por meio de denúncias da população e do trabalho de sua assessoria, que transformou as informações em ofícios e relatórios. Agradeceu a toda a equipe, em nome do Sr. João e do Dr. Luiz ISC, por esse trabalho árduo de cobrança ao Executivo, à SEINFRA e à Agência Reguladora de Desenvolvimento (ARD). Informou que a ARD agiu primeiramente notificando para um plano de trabalho de 24 horas e, posteriormente, em 8 de novembro, abrindo um processo de multa com prazo de 48 horas para regularização, mas o serviço continuou desestabilizado. Parabenizou a Câmara Municipal, pois todos os 23 vereadores lutaram, fazendo alertas, enviando ofícios e recomendações, e atuando na fiscalização. O vereador destacou que, além da Câmara, a Prefeitura também está fazendo o seu trabalho, citando o contato diário com o Prefeito Léo Moraes para passar os relatórios de ruas e bairros afetados. Mencionou também a comunicação constante com o Presidente da ARD, Dr. Oscar Dias Neto, a Vice-Presidente Tânia Sena, o Diretor Operacional Alex Teixeira, e os Secretários da SEINFRA, Thiago Catanhede e Giovani Marini. Apontou o volume de reclamações: até o dia 14 de novembro, foram registradas 1.129 reclamações formais pela SEINFRA e mais de 2.500 pela Câmara, totalizando quase 4.000 reclamações. Diante deste cenário de caos, o Vereador Dr. Breno Mendes anunciou a decisão tomada: o Presidente da Agência Reguladora de Desenvolvimento, na data de 17 de novembro, por volta do meio-dia, encaminhou à SEINFRA a recomendação de rescisão e extinção do Contrato nº 28 com o Consórcio ECOPVH. Explicou que a recomendação se deu pelo não cumprimento integral do contrato, desrespeito às cláusulas 12.1.1 e 12.1.2, e violação dos princípios basilares da moralidade e eficiência da administração pública, além de desrespeitar as leis de concessões, saneamento básico e resíduos sólidos, citando os artigos 137, 138, e 147 a 154 da Lei de Licitações. O vereador enfatizou que mais importante que o desrespeito às leis é o sofrimento da população. Agradeceu publicamente o Presidente da ARD pela decisão corajosa e técnica, e ao Prefeito Léo Moraes e ao Secretário Thiago Catanhede por acatarem a recomendação, abrindo o procedimento de rescisão do contrato, respeitando a ampla defesa e o contraditório. Relatou que a SEINFRA e a Agência questionaram a Procuradoria Geral do Município (PGM) sobre a possibilidade de um contrato precário, chamando a empresa EcoRondônia (que realizava o serviço anteriormente) para que a coleta seja normalizada, uma vez que a descontinuidade do serviço só começou a ocorrer com a execução da ordem de serviço da ECOPVH. Advertiu que a normalização total do serviço de coleta deve levar entre 30 a 40 dias. Finalizou parabenizando a todos os vereadores pelo trabalho de cobrança e fiscalização, e estendeu os parabéns ao Secretário Geral de Governo, Sérgio Paraguaçu, pela paciência e ao Prefeito, reafirmando que seu trabalho duro e franco é em defesa da população de Porto Velho, dos vereadores e do próprio prefeito, o que lhe garante uma liderança conquistada e não imposta. Para fazer uso da palavra o **Vereador Marcos Combate;** O Vereador iniciou sua fala cumprimentando o Presidente da Casa, o Vereador Nilton Souza e os demais vereadores. Manifestou-se em concordância com a fala do Vereador Breno Mendes, confirmando o grave risco sanitário que o município de Porto Velho enfrenta há 15 dias, com lixo espalhado nas ruas, urubus e dejetos. Atribuiu a situação à falha na gestão e liderança municipal para resolver um problema que impactou toda a capital. O vereador lembrou que, em 3 de fevereiro, um contrato legítimo com uma empresa que estava realizando a coleta seletiva de lixo de forma satisfatória foi cancelado, e um processo emergencial foi aberto. Mencionou que a primeira colocada, Empresa Aurora, foi desclassificada por apresentar documentos falsos, e a empresa ECOPVH ganhou um contrato legítimo. No entanto, o vereador ponderou que a empresa não demonstrou a expertise, qualificação técnica e equipamentos necessários, além de não conhecer as rotas complexas da capital para assumir um contrato grandioso como o da coleta de resíduos sólidos. O Vereador

Marcos Combate expressou preocupação com o prejuízo que a empresa contratada irá sofrer e afirmou que a culpa é do município por não ter realizado testes e conversado com a empresa sobre as rotas para evitar o sofrimento da população. Informou que, em suas redes sociais, expôs que Porto Velho produz quase um milhão de quilos de resíduo sólido diariamente, o que exige grande expertise para ser recolhido. Relatou que foi um dos primeiros vereadores a fiscalizar e andar nas ruas, cobrando atendimento especial para os vulneráveis, pois bairros de maior poder aquisitivo estavam sendo atendidos prioritariamente, enquanto os bairros carentes permaneciam com o lixo acumulado. O vereador fez um apelo para que o gestor municipal priorize a gestão da capital, que estaria sem administração efetiva. Em seguida, o vereador questionou os gastos da EMDUR (Empresa de Desenvolvimento Urbano) com a iluminação de Natal no Parque da Cidade, citando gastos expressivos com a iluminação, árvore de Natal e pista de gelo, totalizando quase R\$ 8 milhões. Questionou se a EMDUR não deveria realizar uma audiência pública para discutir o uso do dinheiro da COZIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública). Informou ter enviado um pedido de informação solicitando cópias de todos os processos do presidente da comissão de licitação, que estaria sob investigação do Tribunal de Contas, Polícia Federal e Ministério Público, por suposta fraude contratual dentro da EMDUR, citando indícios de falsificação de cotação e uso de empresas de fachada para simular valores de licitação. Lamentou que bairros carentes permaneçam na escuridão enquanto esses gastos ocorrem. O Vereador Marcos Combate citou ainda a situação da saúde: A Clínica Bem Estar Animal estaria funcionando com muitos profissionais e atendimento rápido, mas a UPA Leste teria pacientes esperando por atendimentos simples por mais de 6 horas. Questionou a eficácia do decreto de estado de emergência (de 28 de fevereiro), perguntando se o atendimento melhorou ou se há médicos suficientes. Mencionou a situação dos terceirizados, que estariam há 15 dias sem receber. Criticou o Secretário de Saúde por suposta autopromoção para futuras eleições. Por fim, o vereador encerrou sua fala parabenizando o Presidente da Agência Reguladora de Desenvolvimento, Oscar Dias Neto, pela atitude e independência de abrir procedimentos para investigar as mais de mil denúncias sobre a coleta de resíduos sólidos e recomendar a rescisão contratual, e solicitou que o Secretário da SEINFRA urgentemente mantenha a ordem do recolhimento de resíduos sólidos no município. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Santana**; O Vereador iniciou sua fala cumprimentando a população de Porto Velho, as mulheres presentes, na pessoa da Vereadora Sofia Andrade, e os homens, na pessoa do Pastor Bruno. Abordou primeiramente a questão do resíduo sólido, contextualizando que contratos emergenciais historicamente prestam péssimos serviços, citando exemplos anteriores no transporte coletivo e escolar. Baseado nisso, relatou ter visitado inúmeros locais e empreendimentos habitacionais que estão abarrotados de lixo. Informou que sua fiscalização não se limitou a oficial e gravar vídeos, mas o levou a procurar o Poder Judiciário. Agradeceu à Juíza Dra. Inês, que despachou com sua equipe técnica naquela manhã, demonstrando atenção à ação popular ajuizada pelo vereador. Mencionou que, como parte interessada, avocaram a um desembargador de segundo grau para que ele revisse a decisão liminar concedida, diante dos inúmeros fatos que estavam ocorrendo. Parabenizou todos os vereadores pela cobrança ativa nas ruas. Justificou seu empenho citando uma preocupação pessoal com a contaminação pela doença do rato, que vitimou seu cunhado na enchente de 2014, e o risco de a doença se alastrar na cidade com o acúmulo de lixo. Parabenizou nominalmente os vereadores Breno Mendes, Marcos Combate, Fernando Silva e Fogaça pelo esforço. Pediu que o despacho para rescindir o contrato emergencial seja materializado o quanto antes para reparar o dano à população, que está cansada da morosidade. Em seguida, o vereador solicitou o apoio dos pares para a continuidade do programa "Faculdade da Prefeitura". Defendeu o programa como transformador de vidas, mencionando que alunos já inseridos estão preocupados e que há 8 mil pessoas carentes aguardando o programa, após a realização do ENEM, para se inscreverem no final de dezembro. Pediu que, em vez de restringir o programa, sejam criados mecanismos para ampliá-lo, citando como exemplo a criação de um "Vale Creche" ou "Bolsa Creche". Abordou a questão do transporte coletivo, onde trabalhadores estariam preocupados com a questão do subsídio. Defendeu que o subsídio é importante para manter o salário dos trabalhadores em dia e para permitir que mais de 12 mil pessoas vulneráveis utilizem o serviço gratuitamente. Propôs, caso o orçamento para 2026 preveja um subsídio de R\$ 80 milhões, que seja implementada a tarifa zero para a população. O Vereador Dr. Santana também solicitou da Secretaria Geral de Governo a criação de um REFIS (Programa de Recuperação Fiscal). Relatou que empresários o têm procurado para solicitar o programa, que aqueceria a economia e lhes permitiria obter certidões. Afirmou que o REFIS pode injetar cerca de R\$ 50 milhões nos cofres municipais, tendo protocolado um anteprojeto de lei para essa finalidade em 5

de fevereiro de 2026. Por fim, informou ter protocolado naquela manhã um anteprojeto de lei para conceder isenção total do IPTU para pessoas com 65 anos ou mais, que tenham renda de até dois salários mínimos e possuam apenas um único imóvel. Para os idosos nessa mesma faixa etária, mas com renda superior, propôs uma redução de 75% do IPTU, também para o único imóvel e para pagamento em parcela única. O vereador encerrou solicitando que o Executivo trabalhe o quanto antes seus pedidos, reforçando que Porto Velho e ele têm pressa por dias melhores. Para fazer uso da palavra o **Vereador Fernando Silva**; O Vereador Fernando Silva iniciou cumprimentando o Presidente Gedeão Negreiros, os demais parlamentares e os visitantes da Casa de Leis. Afirmou que, desde o começo do ano, a Câmara Municipal se manifestou contra a troca do contrato emergencial da coleta de lixo. O vereador, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), manifestou-se a favor da permanência da empresa anterior. Esclareceu que nenhum vereador está optando por empresa A, B, C ou D, mas o único pedido é que uma empresa qualificada venha a Porto Velho e realize o serviço de excelência e com qualidade. O vereador avaliou que a Prefeitura Municipal de Porto Velho errou ao transferir a responsabilidade da empresa A para a empresa B sem uma transição adequada, sem reuniões para alinhar rotas e dias de coleta, o que resultou no problema atual da capital. Relatou que há cerca de 15 dias tem recebido inúmeras mensagens em suas redes sociais de munícipes reclamando da falta de coleta. Informou que realizou diversas fiscalizações e pôde verificar que a empresa que está atuando não possui a qualidade nem a capacitação necessárias para gerir o contrato. Nesse sentido, o Vereador Fernando Silva agradeceu à Agência Reguladora de Desenvolvimento (ARD), na pessoa de Oscar Dias, por iniciar o processo de rescisão contratual, o que, segundo ele, beneficia o município. Expressou gratidão ao Prefeito Léo Moraes e reafirmou que a Câmara Municipal está pronta para defender os interesses do povo, sendo este o único objetivo de todos os vereadores. Por fim, solicitou aos pares a aprovação, em primeira discussão e votação, do Projeto de Lei Complementar nº 1403/2025, de autoria do Executivo Municipal, que cria a Corregedoria e a Ouvidoria da Guarda Municipal. O vereador pediu a aprovação para que o edital possa sair o quanto antes e a Guarda Municipal possa ser implementada para reforçar a segurança do município de Porto Velho. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Sofia Andrade**; A Vereadora Sofia Andrade iniciou sua fala cumprimentando o Presidente Gedeão Negreiros e a mesa, o Vereador Breno Mendes, os demais vereadores e os visitantes, em nome do Sr. Juvenal, pai do Vereador Dr. Santana. A vereadora abordou a crise sanitária causada pela situação do lixo, que classificou como a maior já vivida por Porto Velho. Relatou ter estado nas ruas, ramais e distritos fiscalizando a falta da coleta de resíduos sólidos e cobrando, por meio de ofícios à Prefeitura, à Agência Reguladora (ARD) e aos tribunais, a rescisão do contrato com a empresa que não estava prestando o serviço adequadamente. Parabenizou o trabalho da Agência Reguladora de Desenvolvimento, lembrando que a Casa de Leis reformou a agência no início do ano com a promessa de que ela trabalharia pelo município. Afirmou que, após a cobrança veemente da Câmara na semana anterior, a agência deu uma resposta concreta ao rescindir o contrato com a empresa que não tinha capacidade de prestar o serviço. Parabenizou o presidente da ARD, Oscar Dias Neto, por estar cumprindo o seu mandato. A vereadora ressaltou que a cobrança da Câmara, em ofício ao Tribunal de Contas, à Prefeitura e à ARD, não se limitou à rescisão, mas também exigiu um plano de contingenciamento para a transição. Questionou quem assumirá a coleta do lixo e como a população será assistida, alertando para o risco de a rescisão ter sido feita "de qualquer modo" e sem planejamento. A vereadora cobrou que a gestão informe como irá assistir os bairros mais afastados e os ramais, citando que os bairros mais nobres estariam sendo bem atendidos com coleta três vezes por semana, enquanto os bairros distantes não recebiam o serviço, questionando o critério utilizado. Em seguida, abordou a questão da Brigada Municipal. Lembrou que a Câmara aprovou um anteprojeto de sua autoria no início do ano para a contratação de brigadistas, que havia sido descontinuada na gestão anterior. Aproveitando a presença do Secretário Geral de Governo, questionou qual é o plano de contingenciamento para este contrato e como será o atendimento às pessoas do Baixo Madeira e dos ribeirinhos durante a cheia do rio, que se aproxima. A vereadora enfatizou que o político tem a obrigação de se antecipar ao problema e cobrou da gestão e da Defesa Civil um planejamento para a cheia, citando o histórico de problemas de falta de água e de atendimento. Afirmou que não aceitará que o poder público comece a correr e improvisar somente quando a enchente atingir a população. Para fazer uso da palavra o **Vereador Nilton Souza**; O Vereador iniciou sua fala cumprimentando o Excelentíssimo Senhor Presidente Gedeão Negreiros, os demais membros da Mesa Diretora, os vereadores em nome do líder do Prefeito Breno Mendes, a imprensa, os servidores da Casa e todos os presentes e acompanhantes virtuais. O vereador ressaltou que, diante das diversas cobranças, era necessário também apontar

os pontos positivos. Parabenizou todos os vereadores que se manifestaram no período da crise do lixo, citando o Vereador Breno Mendes, Vereador Fernando Silva e Vereador Dr. Santana pela firmeza na fiscalização. Parabenizou a gestão e a Prefeitura pela iniciativa de tomar a decisão de remover a empresa que não estava cumprindo o contrato de forma adequada, reforçando o ditado de que "time que está ganhando não se mexe" e que não se pode dar à população um "presente de Natal" com as ruas tomadas de lixo. Elogiou o Prefeito Léo Moraes e o Secretário Thiago Catanhede, entre outros, pelo trabalho. O Vereador Nilton Souza citou avanços que têm observado nas ruas: Ruas recebendo drenagens, asfalto e iluminação. O prefeito esteve recentemente em Extrema, na Ponta do Abunã. Informou sobre reformas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), como a UPA Leste (em reforma com uma provisória) e a futura reforma da UBS José Adelino, no Ulisses Guimarães, para transformá-la em uma UPA tipo 3, atendendo as comunidades do Ulisses Guimarães, Marcos Freire, Ronaldo Dragão e bairros adjacentes. O vereador defendeu que é justo cobrar e fiscalizar, mas é igualmente importante apontar os pontos positivos, pois o reconhecimento motiva a gestão a trabalhar mais. Mencionou que a Câmara Municipal avançou ao criar uma Comissão para Pessoas com Deficiência, tendo ele sido escolhido para a presidência, ladeado pelo Vereador Breno Mendes (primeiro secretário) e Vereadora Ellis Regina (segunda secretária), visando dar maior atenção a este público. Agradeceu o apoio dos vereadores aos seus projetos, ressaltando a importância do trabalho em harmonia. Finalizou sua fala reconhecendo que Porto Velho nunca foi uma cidade organizada, crescendo de forma desorganizada. Defendeu que nenhum prefeito, em 4 ou 8 anos, conseguirá deixar a cidade em ordem, e que o papel do vereador é contribuir, auxiliar e trabalhar junto ao Executivo para o avanço da cidade, fazendo os apontamentos necessários quando houver algo de errado.

PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE. I – Leitura de Correspondência; (Não houve). **II – Leitura de Projetos e Moções:** (Não houve); **III – Leitura, discussão e votação única de Requerimento; I-Requerimento nº 125 de 2025,** de autoria do Vereador Adalto de Bandeirantes, no qual requer a inclusão, na pauta da Ordem do Dia, a Moção de Aplauso 103/2025, que "Aos Conselheiros Tutelares do Município de Porto Velho, pela Relevante contínua atuação na defesa, proteção e garantia dos direitos das Crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)." Em votação; Requerimento aprovado por dezesseis votos favoráveis e sete ausência de plenário. **IV- Leitura de informações Oficiais.** (Não houve).

INTERVALO REGIMENTAL. O Presidente consultou os vereadores sobre a necessidade de intervalo regimental, na forma do art. 74 do Regimento Interno. Não havendo necessidade, passou-se à **ORDEM DO DIA** na qual foram deliberadas as seguintes proposições: **I- Projeto de Lei nº 4954 de 2025,** de autoria do Executivo Municipal, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Porto Velho para o Exercício Financeiro de 2026.” **Com emendas; Emendas nº 42, 43, 44 e 45 de 2025,** todas de autoria do vereador Adriano Gomes, Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 4.954/2025 do Executivo Municipal, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Porto Velho para o Exercício Financeiro de 2026". Em votação; Emendas aprovada por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. Em votação do Projeto; Projeto aprovado em primeira votação por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. **II- Projeto de Lei nº 4958 de 2025,** de autoria do Executivo Municipal, que “Altera a Lei nº 3.044, de 14 de junho de 2023, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S/A e/ou Caixa Econômica Federal, ampliando o objeto de aplicação dos recursos.” Em votação; Projeto aprovado por dezoito votos favoráveis, um voto contrário e quatro ausências de plenário. **III- Projeto de Lei Complementar nº 1413 de 2025,** de autoria do Executivo Municipal, que “Cria a Corregedoria e Ouvidoria da Guarda Municipal de Porto Velho e altera a Lei Complementar nº 1.012, de 12 de maio de 2025, e dá outras providências.” Em votação; Projeto aprovado por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. **IV- Projeto de Lei Complementar nº 1415 de 2025,** de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Acrescenta a alínea “g” ao inciso I do Art. 272 da Lei Complementar nº 878, de 17 de dezembro de 2021, e dá outras providências.” Em votação; Projeto aprovado em primeira votação por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. **V- Moção nº 103 de 2025,** de autoria do Vereador Adalto de Bandeirantes, que seja concedida **MOÇÃO DE APLAUSO** aos Conselheiros Tutelares do Município de Porto Velho, pela relevante e contínua atuação na defesa, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em votação; Moção de aplauso aprovada por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. **Discussão dos projetos e justificativas dos votos;** Na discussão do Item 2 da Ordem do Dia, referente à alteração do objeto do empréstimo destinado à EMDUR, o **vereador Breno Mendes,**

líder do governo, explicou que o recurso havia sido autorizado na legislatura anterior para iluminação pública. Como a cidade foi praticamente toda iluminada sem utilização integral do empréstimo, tornou-se necessário redirecionar o objeto para reformas e construções de praças, atendendo bairros carentes desse tipo de equipamento público. O **vereador Gedeão Negreiros** questionou o fato de a EMDUR possuir valores expressivos em orçamento, levantando dúvida sobre sua atuação na gestão de praças. Em resposta, **Breno** esclareceu que a EMDUR, por sua natureza jurídica, pode atuar em diversos tipos de obras e já vem executando serviços em praças e artefatos urbanos. O **vereador Dr. Santana** complementou que o empréstimo de R\$ 70 milhões havia sido dividido entre SEMOB e EMDUR, e que os R\$ 35 milhões destinados à EMDUR estão parados desde outubro de 2024, gerando juros. Assim, a mudança de objeto é necessária para permitir a utilização do recurso, uma vez que a iluminação pública já foi praticamente finalizada na gestão anterior. O **vereador Fernando Silva** destacou que, durante visitas aos bairros, observa grande necessidade de reformas em praças e campos esportivos, citando o Campo da Torre, no Nova Esperança. Defendeu o uso dos recursos especialmente nos locais mais carentes de estrutura. O **vereador Dr. Gilber** afirmou que a mudança de objeto era acertada, pois permitirá investir nos espaços comunitários, citando inclusive vandalismos recentes em áreas recém-inauguradas, como no Alphaville, onde é urgente garantir manutenção. A **vereadora Sofia Andrade** reforçou a importância de que todos os vereadores sejam contemplados nas indicações das praças a serem reformadas, ressaltando que cada um representa diferentes regiões da cidade. Destacou que apresentará sua lista de pedidos e defendeu atendimento igualitário. O **vereador Everaldo Fogaça** pediu que os vereadores também possam indicar praças prioritárias, citando locais tradicionais como a Praça do Melo, Praça Black Charles e Praça Pirâmide, todas necessitando de atenção urgente. Destacou que a Câmara muitas vezes aprova recursos, mas não recebe o devido reconhecimento nas entregas. O **vereador Marcos Combate** manifestou posicionamento crítico, afirmando ser um “absurdo” apresentar o empréstimo como solução para praças enquanto há gastos considerados excessivos dentro da EMDUR, como aluguel de prédio, iluminação natalina e contratos milionários. Alegou suspeita de desvio de finalidade no uso dos recursos e informou que encaminhará denúncia ao Tribunal de Contas e Ministério Público. **Breno Mendes** rebateu afirmando que não se trata de novo empréstimo, mas apenas de mudança de objeto, e que os contratos mencionados são de prestação de serviço, não relacionados ao recurso parado. O **vereador Santana** reforçou que o dinheiro já está na conta da Prefeitura e deve ser utilizado; caso contrário, teria de ser devolvido com pagamento de juros. E ressaltou que a alteração permitirá que todos os vereadores indiquem praças para reforma. O **vereador Fogaça**, novamente em aparte, destacou a evolução da EMDUR ao longo dos anos, lembrando que já esteve prestes a ser extinta, mas hoje dispõe de recursos e executa serviços essenciais. Reconheceu o papel da oposição, mencionando que críticas e denúncias colaboram com a fiscalização. Após as discussões, o presidente Gedeão Negreiros afirmou que cobrará, a partir de janeiro, o efetivo investimento dos R\$ 30 milhões nas praças, especialmente na região Sul. Na votação, o **vereador Dr. Santana** justificou seu voto favorável destacando acordo prévio sobre isenção de IPTU para empreendimentos habitacionais de interesse social e relacionou diversos bairros que deverão ser contemplados com praças e melhorias. Em seguida, iniciou-se a discussão do Item 3, sobre a criação da Corregedoria e Ouvidoria da Guarda Municipal. O **vereador Marcos Combate** demonstrou preocupação com a possibilidade de nomeações políticas em vez de concurso público. O **vereador Fernando Silva** explicou que os cargos serão submetidos a sabatina na Câmara, garantindo critérios. A **vereadora Sofia Andrade** esclareceu que seu gabinete contribuiu para a inclusão da corregedoria e da ouvidoria no projeto, sem as quais o concurso da Guarda seria inviável. Ressaltou que os cargos serão ocupados por pessoas com competência técnica e que a Câmara terá poder para barrar indicações inadequadas. Também citou que será necessária futura aprovação do convênio com a Polícia Federal para o porte de armas dos guardas. Na sequência o Presidente passou os trabalhos para o **PEQUENO EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito); Posteriormente começou o **GRANDE EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito); **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**; (Não houve orador inscrito); Nada mais havendo a tratar, o Primeiro Presidente Vereador **Gedeão Negreiros** invocou a proteção de Deus, agradeceu aos presentes, e encerrou a **Septuagésima Segunda Sessão Ordinária** do Segundo Período Legislativo as dezesseis horas e cinquenta e sete minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios e vídeos correspondentes, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Vereador Marcos Combate, Primeiro- Secretário, lavrei a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 15/12/2025, 13:30:10